

**AGRICULTURA FAMILIAR E JUVENTUDE RURAL NO  
AGRESTE DE ITABAIANA/SE<sup>1</sup>**

**FAMILY FARMING AND RURAL YOUTH IN THE WILD OF  
ITABAINA/SE**

**Marcelo Alves Mendes**

Professor Adjunto III do Departamento de Geografia da Universidade Federal de Sergipe Campus  
Itabaiana (DGEI/UFS)  
marcelomendesufs@gmail.com

**João Ernandes Barreto Nascimento**

Mestrando em Geografia pela Universidade  
Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB)  
jaoernandesbarreto@hotmail.com

**Resumo**

O objetivo deste trabalho é destacar a relevância da juventude rural para o fortalecimento da agricultura familiar no Agreste de Itabaiana/SE, destacando os fatores que interferem na sucessão familiar e geram desafios e perspectivas para a juventude rural, diante das transformações ocorridas no rural contemporâneo. Como procedimentos metodológicos, foi realizado levantamento bibliográfico e revisão do material selecionado, proporcionando a compreensão do tema abordado, a partir da leitura voltada para o que os autores Graziano da Silva (1997), Schneider (2000 & 2007), Mendes (2014), Nascimento, C. (2005), Lopes (2009) e Nascimento, J. & Mendes (2015), pensam sobre as questões que envolvem as discussões e o debate sobre as novas tendências e desafios presentes na agricultura familiar no Brasil, no Nordeste e em Sergipe. Também foram levantados dados e informações no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o Censo Agropecuário (1985 1995/6 e 2006), e trabalho de campo no qual foram aplicados 50 questionários nos municípios do Agreste de Itabaiana. Portanto, a partir do processo de diminuição da população do meio rural brasileiro, é voltada a atenção para a capacitação e fixação do jovem no campo, fornecendo mecanismo como escolas agrícolas e universidades com cursos destinados para a nova realidade da agricultura familiar brasileira, sendo que, verificou-se que mais de 50% da população rural jovem possui instrução inferior ao ensino fundamental incompleto, fator que acaba dificultando a vida social e econômica desses jovens agricultores, assim como o acesso aos programas sociais.

**Palavras-chave:** Juventude Rural. Agricultura Familiar e Políticas Públicas.

**Abstract**

The objective of this work is to highlight the importance of rural youth for the strengthening of family agriculture in the Wild of Itabaiana/SE, highlighting the factors that interfere in the family succession and generate challenges and perspectives for the

rural youth, due to the changes in contemporary rural. As methodological procedures, bibliographic survey and review of selected material, providing an understanding of the issue, from reading focused on what authors like, Graziano da Silva (1997), Schneider (2000 & 2007), Mendes (2014), Nascimento, C. (2005), Lopes (2009) and Nascimento, J. & Mendes (2015), think about the issues involving discussions and debate on new trends and challenges in family agriculture in Brazil in the Northeast and in Sergipe. Were also collected data and information at the Brazilian Institute of geography and statistics (IBGE) and the agricultural census (1985 1995/6 and 2006), and field work in which 50 questionnaires were applied in the municipalities of Wild of Itabaiana. Therefore, from the process of reduction of the population of the Brazilian countryside, is dedicated to the training and attachment of the young in the field, providing agricultural schools and universities mechanism with courses designed for the new reality of the brazilian family agriculture, and it was found that more than 50% of the young rural population has lower than incomplete elementary education, factor that ends up making the social and economic life of these young farmers, as well as access to social programs.

**Keywords:** Rural youth. Family Agriculture and Public Policy.

## Introdução

Diante dos desafios da agricultura familiar brasileira, destaca-se a importância do Estado para o fortalecimento e reprodução das unidades familiares, principalmente no caso do Nordeste, o qual a partir de Nascimento, C. (2005), e Mendes (2014), apresenta índices sociais e econômicos preocupantes e que acabam afetando tanto o modo de vida dos agricultores familiares, quanto às condições e estratégias de sobrevivência.

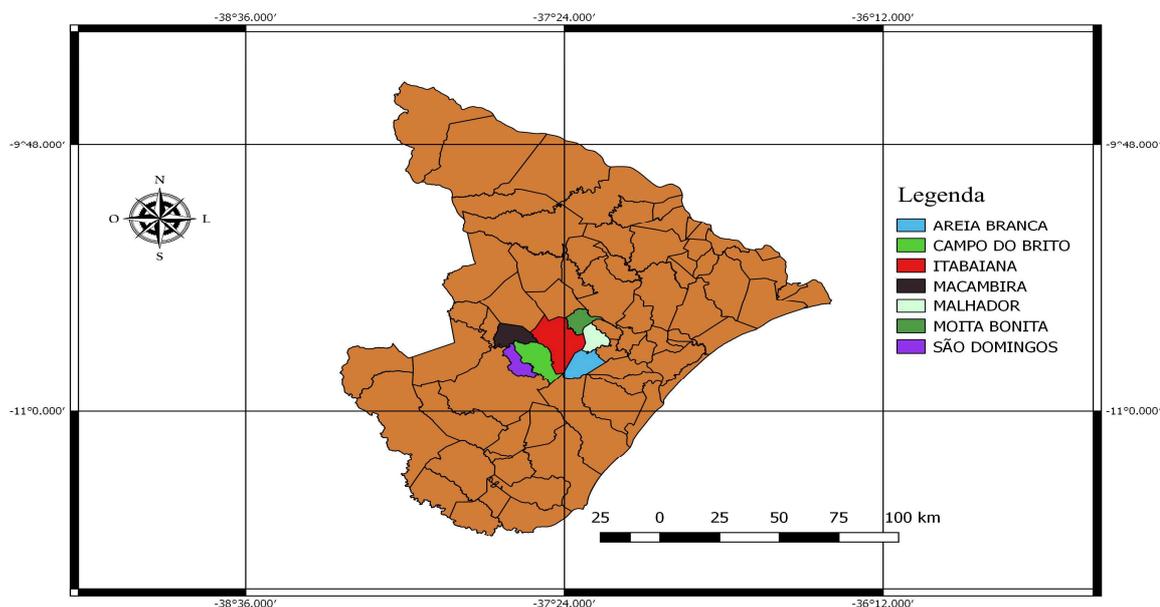
Nessa perspectiva, esse trabalho tem como objetivo relacionar questões apresentadas por autores como Piketty (2014), Sen (2010), sobre as contradições que envolvem a acumulação de capital, assim como as privações substanciais geradas a partir dessas dinâmicas no cenário global respectivamente, relacionando o que autores como Graziano (1997) e Schneider (2007), discutem sobre os novos desafios e demandas para a agricultura familiar brasileira. No caso do Nordeste, é preciso considerar Cardoso (2013), Mendes (2014) e Nascimento, C. (2005), como relevantes referências para a análise da pobreza rural na região e articular essa discussão como Menezes (2014) e Abramovay (1998), buscando a partir disso, entender os desafios e perspectivas que interferem na vida e na sucessão das famílias do Agreste de Itabaiana/SE.

Com base em Sen (2010), pode-se afirmar que a pobreza é uma das piores formas de privação das liberdades substanciais de cada indivíduo, grupo familiar ou sociedade. A partir disso, no caso do Brasil (o qual é um país caracterizado por ser democrático), e especialmente no Nordeste, o Estado pode ser considerado um importante agente capaz de promover o acesso às liberdades sociais e econômicas de cada ator social, através de políticas públicas pensadas de acordo com as necessidades de cada contexto espacial.

Para que ocorra eficácia na aplicação das políticas de desenvolvimento rural, é preciso discutir as demandas de cada espaço geográfico, pois o meio rural brasileiro contemporâneo apresenta-se cada vez mais diversificado e complexo, sendo possível, encontrar regiões aonde o modo de vida dos agricultores ainda é tradicional e rudimentar, mas sem deixar de atentar-se para as novas formas de ocupação e demandas do “Novo Rural” brasileiro. Tomando a microrregião do Agreste de Itabaiana como referência, é possível observar que, ao mesmo tempo em que ainda existem agricultores que vivem em extrema condição de pobreza e dependem apenas das atividades agrícolas para prover o sustento das unidades familiares e das políticas de transferência de renda do Estado, ressalta-se que é possível evidenciar a presença de outro grupo de agricultores que busca não depender apenas das atividades agrícolas e que mesmo enfrentando barreiras como o baixo nível de conhecimento, seja ele tecnológico ou científico, pode ser enquadrado em outro perfil que o caracterize como dinâmico, se comparado com o agricultor monoativo, mesmo assim apresenta algumas tendências tradicionais.

O presente estudo pode contribuir para o conhecimento da realidade da agricultura familiar do Agreste de Itabaiana/SE (figura 01), ao tempo que amplia o debate acadêmico a respeito dos desafios e perspectivas para a juventude rural no estado de Sergipe e na Região Nordeste do Brasil, assim como, fornecerá elementos que poderão ser considerados como importantes para a reprodução das unidades familiares analisadas, podendo auxiliar o Estado e os órgãos competentes na formulação de políticas públicas destinadas as demandas desses indivíduos, proporcionando a inserção racional, dos mesmos, no sistema produtivo.

**Figura 01:** Localização da microrregião do Agreste de Itabaiana (Sergipe)



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).  
Organização: João Ernandes (Março de 2017).

A microrregião do Agreste de Itabaiana está localizada na porção central do estado de Sergipe, sendo composta por sete municípios, sendo Itabaiana/SE o principal município, o qual se destaca tanto no aspecto populacional quanto econômico, tendo como principais atividades econômicas aquelas ligadas aos setores da indústria e serviços, como destaca Carvalho & Costa (2011), no entanto, é possível ressaltar que as atividades ligadas à agricultura exercem grande importância econômica na microrregião, principalmente, nos demais municípios, os quais, não possuem a mesma dinâmica socioeconômica, em relação ao município de Itabaiana/SE.

Dessa maneira, o presente trabalho contribui não apenas como apontamento das condições de vida desses agricultores, mas, ressalta a importância da ação do Estado e dos órgãos responsáveis pela discussão referente à aplicabilidade das políticas públicas em atentar-se para os grandes desafios enfrentados na reprodução das unidades familiares, pois, essas unidades analisadas enfrentam problemas como, os baixos índices de escolaridade, que acabam afetando a vida desses indivíduos em vários aspectos, tanto social, econômico e cultural, de maneira que, por causa desse fator, não conseguem romper com as barreiras do passado e prepararem-se para o futuro. Diante disso, conforme Sen (2010) e Abramovay (1998) é possível afirmar que os agricultores

familiares analisados acabam sendo privados de oportunidade que estão se disseminando no meio rural brasileiro, e assim, mesmo com os avanços das últimas décadas, continuam sendo excluídos de algumas políticas públicas, e conseqüentemente, encontram maiores desafios para inserirem-se de maneira racional na lógica dos mercados e fortalecer a juventude rural.

### **Metodologia**

Destaca-se a realização de entrevistas em 50 unidades familiares da microrregião do Agreste de Itabaiana buscando-se levantar questões relacionadas ao perfil socioeconômico das famílias e características produtivas das unidades familiares, além da realização da coleta e sistematização de dados secundários no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), censos agropecuários e Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, servindo para analisar, relacionar e compreender os números obtidos com os dados primários. Em consequência disso, a presente pesquisa analisou um universo de 200 entrevistados, nas unidades familiares estudadas.

Ressalta-se a realização de levantamento e revisão da literatura, atentando-se para as discussões referentes aos novos desafios e perspectivas que envolvem a agricultura familiar no cenário atual, assim como, questões relacionadas às tendências e possibilidades das novas formas de organizar-se da agricultura familiar, e os rebatimentos para as unidades familiares da combinação de atividades agrícolas e não agrícolas, possibilitando assim, a compreensão dos desafios para as políticas públicas e a sucessão familiar destacadas pelos autores Graziano (1997 & 2010), Abramovay (1990; 1998; 2003) e Schneider (2000), os quais trazem discussões no cenário nacional, relacionadas às novas demandas para agricultura familiar e juventude rural, oriundas da alteração do comportamento e das transformações no rural brasileiro.

No caso do Nordeste, é importante ressaltar Cardoso (2013), Nascimento, C. (2005) e Mendes (2014), os quais discutem as novas ocupações dos domiciliados rurais da região comparando com a realidade de outras regiões do país e principalmente o caso do Sul do Brasil. Busca-se, relacionar os principais desafios para o fortalecimento da agricultura familiar do Nordeste brasileiro, a partir do que foi observado sobre a realidade e os índices da agricultura familiar no Agreste de Itabaiana/SE. No cenário da agricultura familiar sergipana, destaca-se a relevância de autores como Lopes (2009) e

Nascimento, J. & Mendes (2015), sendo que, estes trazem discussões de dois recortes espaciais sergipanos, ressaltando as tendências e desafios da pluriatividade para a agricultura familiar sergipana.

Diante das concepções sobre a agricultura familiar citadas, a juventude rural concebida por Menezes et. All (2014) pode ser considerada como o elo capaz de direcionar as estratégias de desenvolvimento rural, diante das transformações socioeconômicas do rural brasileiro e a emergência de estratégias capazes de garantir a reprodução das unidades familiar, o apoio a juventude rural e a sucessão familiar.

### **Os desafios da agricultura familiar contemporânea**

Quando se fala no comportamento da agricultura familiar na contemporaneidade, é preciso destacar que não se deve mais olhar para o meio rural como um local associado apenas ao atraso, ou essencialmente agrícola. Uma vez que é de consenso entre os estudos que envolvem a agricultura familiar, que foi após a década de 1990, que houve a disseminação de novas formas de se comportar e de se organizar o espaço rural brasileiro. Dessa maneira, o agricultor, conseqüentemente, tende ou necessita buscar se organizar frente aos novos desafios presentes no campo da agricultura familiar, sendo para Mendes (2014) esse o carro chefe para a alteração do modo de vida dos agricultores familiares.

Torna-se relevante destacar a priori as diferentes realidades do espaço agrário brasileiro, em que a diversidade cultural, além de fatores sociais e econômicos presentes no imenso território do Brasil, afeta diretamente a forma de se comportar e de se organizar das unidades familiares de cada região do país. Com isso, os estudos sobre a realidade de cada uma dessas áreas tornam-se importantes, pois irão fornecer elementos que irão direcionar a aplicação de políticas de desenvolvimento rural, observando que não existe a possibilidade de adotar-se um modelo de desenvolvimento rural uniforme eficaz frente à tamanha diversidade presente na agricultura familiar brasileira.

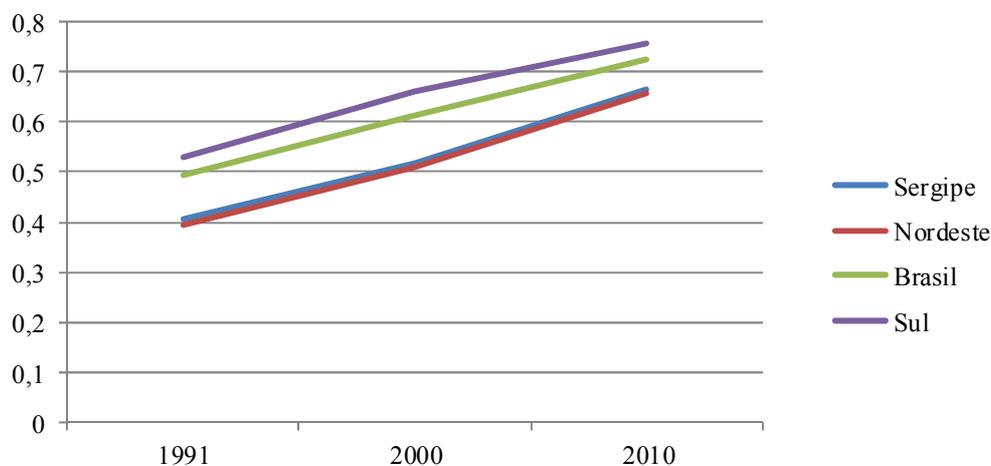
Um curto exemplo sobre a diversidade presente na agricultura familiar brasileira, pode ser destacado tomando como referencia as regiões Sul e Nordeste do Brasil, sendo que Schneider (2006) e Graziano da Silva (1997) apontam a região Sul, como a que reúne o maior número de elementos que aproximam essa região do país ao que foi evidenciado nos países desenvolvidos, principalmente da Europa, no processo de

desenvolvimento rural, associado principalmente ao alto grau de tecnificação e organização dos agricultores da região.

No caso da região Nordeste, autores como Nascimento, C. (2005) e Cardoso (2013) destacam, alguns elementos presentes nessa região do país como os baixos índices de escolaridades, além das elevadas desigualdades sociais e econômicas (figura 01), são fatores que diferenciam as necessidades do Nordeste frente ao comportamento da agricultura familiar contemporânea. Dessa maneira, tanto Nascimento, C. (2005) quanto Cardoso (2013) apontam a importância de se repensar a aplicabilidades das políticas públicas voltadas para o meio rural, pois elas não estão sendo capazes de atender as demandas e complexidades presentes no meio rural do século XXI.

A partir do gráfico 01 é possível fazer relação com o pensamento de Sen (2010), a medida em que, o índice de desenvolvimento humano aponta para a disparidade social e econômica presentes nas regiões do Brasil, nessa perspectiva mesmo com os avanços verificados nas últimas décadas, pode-se afirmar que a agricultura familiar em Sergipe e no Nordeste acaba sendo privada da maioria das condições que caracterizam o desenvolvimento rural, mas também, existe uma tendência de diminuição da diferença entre os índices de desenvolvimento do Nordeste em relação ao Sul e a média nacional, sendo importante aguardar para compreender até que ponto existem avanços e retrocessos das políticas sociais evidenciados na segunda metade da década, e se, irão afetar esses índices.

**Gráfico 01:** Evolução do Índice de Desenvolvimento Humano médio no Brasil, Nordeste, Sul e em Sergipe 1991-2010



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2017.  
Organização: João Ernandes (Setembro, 2017).

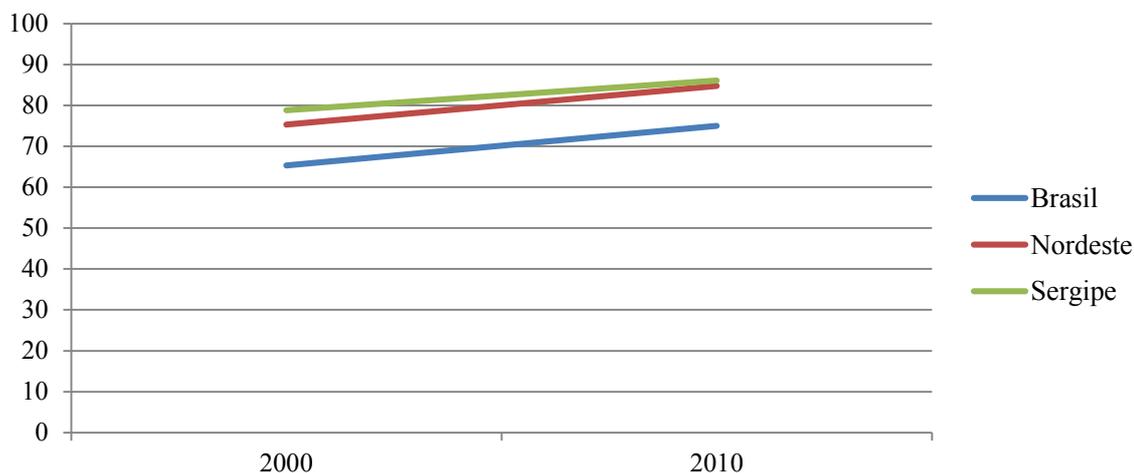
As novas ocupações presentes no meio rural contemporâneo apresentam potencialidades e tendências, principalmente no caso da região Nordeste a qual é considerada como uma das que apresenta os piores índices de desenvolvimento humano do Brasil. Assim, a partir da maneira que é mencionada em Mendes (2014), a pluriatividade pode ser destacada como um dos novos elementos presentes no meio rural brasileiro contemporâneo, a qual se caracteriza pela combinação de atividades agrícolas e não agrícolas e/ou para-agrícola na unidade familiar. Conseqüentemente, a pluriatividade pode representar uma das formas para promover a sustentação das famílias rurais, com a combinação de duas ou mais atividades, sendo que uma é seja a agricultura. Dessa forma, a pluriatividade irá ser uma saída para as famílias residentes em áreas rurais para a ampliação da renda, a medida que as atividades agrícolas não possuem por si só a capacidade de suprir as necessidades das famílias ao longo de um ano, cabendo assim a essas famílias recorrer às atividades não agrícolas, não só como uma alternativa para continuar no meio rural, mas, também, diversificar as atividades ocupacionais dentro da unidade de produção familiar.

Nascimento, C. (2005) considera que a pluriatividade se desenvolve mais em regiões consideradas pobres como é o caso do Nordeste, pois as condições de baixo desenvolvimento tecnológico da agricultura favorecem a pluriatividade, pois “regiões com maior grau de modernização tecnológica favorecem menos a pluriatividade” (NASCIMENTO, C. 2005, p. 36). Mas, em áreas aonde as atividades agrícolas se encontram em declínio, a combinação das mesmas com as atividades não agrícolas surgem como uma estratégia das famílias pobres para uma diversificação das rendas e aumento da renda familiar, assim, com o declínio das atividades agrícolas e cada vez menos incentivos do governo em setores que não apresentam desenvolvimento tecnológico, a pluriatividade aparece como uma alternativa de resistência das famílias com domicílios rurais para a permanência no meio rural.

No gráfico 02, verifica-se que há um crescimento do número domicílios rurais no Nordeste, com rendimentos inferiores a três salários mínimos, percebe-se a necessidade de se repensar as políticas públicas para o meio rural, assim como, ações capazes de gerar renda para esses agricultores familiares, ao tempo que, o baixo nível de instrução presente nas unidades familiares, tem como consequência a concentração cada vez maior de domicílios envolvidos em atividades mal remuneradas, caso contrário os

índices de renda podem apontar para uma maior concentração de renda nas próximas décadas, tanto no Brasil, quanto no Nordeste e em Sergipe.

**Gráfico 02:** Percentual dos domicílios rurais com rendimento inferiores a 3 salários mínimos no Brasil, no Nordeste e em Sergipe 2000-2010



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, setembro, 2017.  
Organização: João Ernandes (Setembro de 2017).

Cabe destacar que as famílias rurais recorrerem às atividades não agrícolas, não só como uma alternativa para continuar no meio rural, como também, no caso das famílias pobres, tem servido como uma ponte para a passagem de uma atividade a outra, e até, uma saída da situação de pobreza. Mas, torna-se necessária destacar algumas tendências presentes na região Nordeste do Brasil que afetam diretamente o rumo destas atividades não agrícolas, já que os baixos índices de escolaridade presentes na região refletem a concentração de atividades remuneradas com salários inferiores a 3 salários mínimos.

Para Cardoso (2013, p.98), “O baixo nível de instrução dos responsáveis pelos empreendimentos agropecuários compromete o acesso à assistência técnica tornando ainda mais desafiadora a condução da atividade produtiva entre os segmentos mais pobres da agricultura familiar”. Com isso, é possível destacar outro elemento que afeta a sustentação da agricultura familiar no Nordeste do Brasil, que é o caso dos baixos índices de escolaridades da população, fator que acaba dificultando a vida do agricultor, a medida em que, o mesmo encontra dificuldades não apenas em ter acesso aos meios técnicos, além de serem evidenciadas algumas situações nas quais, o agricultor não

consegue gerenciar seus rendimentos, dificultando dessa maneira, a inclusão do mesmo no circuito dos mercados sejam eles locais ou globais.

Nessa perspectiva, Abramovay (1998) e Menezes (2014) ressaltam a importância do Estado em formular políticas públicas voltadas para a fixação e/ou retorno desse jovem rural, com o investimento em áreas voltadas ao desenvolvimento do setor, como a criação de colégios agrícolas e cursos de capacitação para a população rural, fazendo com que essa população possa se inserir cada vez mais no ciclo dos mercados e gerenciar as atividades agrícolas de forma profissionalizada, caso contrário os dados de 2020 poderão preocupar ainda mais e conseqüentemente, inviabilizar a sucessão familiar dos domicílios rurais, tendo em vista que, surgiram novas demandas e desejos para a juventude rural, enquanto que, as estratégias com foco nessa parcela da população continua incapazes de conter a saída dos jovens.

Por essas razões, os desafios da agricultura familiar, principalmente no caso do Nordeste, giram em torno da necessidade de estruturação, tanto econômica, como técnica, educacional e social. Com isso, deve-se chamar a atenção para a importância do Estado, principalmente para as famílias rurais mais pobres, em que esse agente poderá fornecer ferramentas que possibilitem, melhorias nas condições de vida dos agricultores. Mesmo a pluriatividade sendo para autores como Schneider (2007, p.29) “um fenômeno que opera no seio da unidade familiar e tem como uma de suas principais potencialidades, a de elevar a renda familiar e diversificar os lucros das unidades familiares”. Ou seja, mesmo levando em consideração a importância do empreendedorismo na vida do agricultor moderno como pode ser associado à fala do autor. É relevante destacar que o agricultor inserido em um espaço geográfico considerado pobre, necessita da ação do Estado no direcionamento da vida desses agricultores, e discutindo estratégias capazes de atender aos novos agricultores, os quais são devem ser o principal foco das estratégias de desenvolvimento rural observadas por Abramovay (1998).

### **Agricultura familiar no Agreste de Itabaiana**

A partir do trabalho de campo, pode se ressaltar a importância que a diversificação produtiva e do trabalho exerce na reprodução das unidades familiares, sendo possível verificar que mesmo em um recorte espacial considerado pequeno, é

destacável a diferenciação presente na forma de se organizar dos agricultores dos municípios analisados, assim como, foi possível observar duas realidades, existindo os domicílios monoativos e pluriativos. Outro aspecto está diretamente ligado ao primeiro, sendo que, se torna necessário observar a necessidade de que antes de se aplicar políticas públicas no meio rural é preciso que se busque conhecer a realidade de cada recorte espacial, devido a diversidade presente no meio rural brasileiro, pois, foi possível observar que os domicílios visitados, possuem demandas que em alguns momentos são totalmente diferentes seja no social e no aspecto econômico.

Com base em dados do IBGE e no trabalho de Nascimento, J. & Mendes (2015), verifica-se que os principais produtos agrícolas são, a banana, a laranja, o tomate, e o milho, com destaque para a batata doce e a mandioca. Por outro lado, em Nascimento, J. & Mendes (2016) verifica-se a importância da pluriatividade para as famílias rurais, à medida que, a diversificação dos rendimentos possibilita aos agricultores melhoria nas condições de vida. A partir dos dados da tabela 01, é importante observar que tanto a população rural, quanto os domicílios rurais do Agreste de Itabaiana, embora não acompanhem a taxa de crescimento das áreas urbanas, como é possível relacionar o fato de ter havido a queda dos valores proporcionais em ambos os casos, mesmo assim, a número de domicílios rurais se manteve com a taxa de crescimento positiva e com valores consideráveis no período analisado.

**Tabela 01:** Evolução da população e dos domicílios rurais no Agreste de Itabaiana 1991-2010

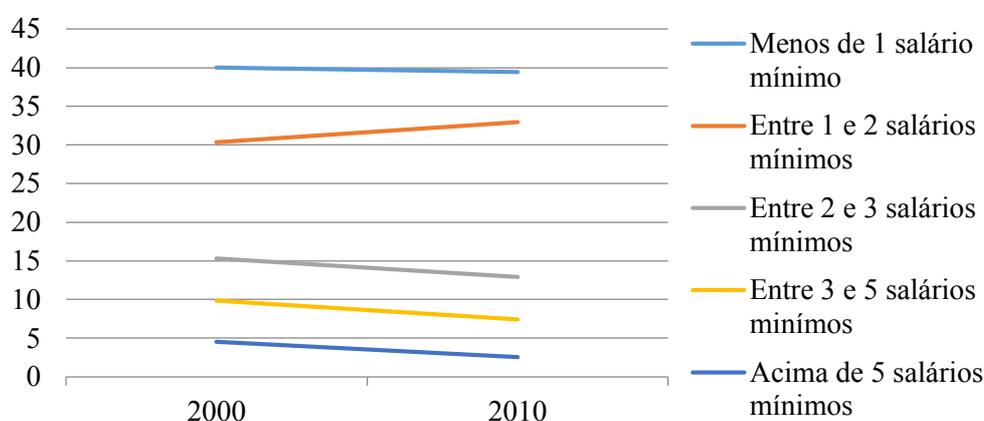
	População rural			Domicílios rurais		
	1991	2000	2010	1991	2000	2010
Total	59.701	60.346	57.622	13.084	14.938	16.843
Em %	49,45%	41,87%	35,95%	46,80%	40,21%	35,19%
Taxa de cresc.	-----	+1,09%	-4,52%	-----	+14,17%	+12,75%

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2015.  
Organização: João Ernandes (Setembro, 2015).

No gráfico 03, observa-se o crescimento do percentual de domicílios rurais envolvidos em atividades remuneradas com rendimentos inferiores a dois salários mínimos no Agreste de Itabaiana, fato que, acaba sendo um dos agravantes no desenvolvimento da agricultura familiar, à medida que, esses domicílios acabam tendo

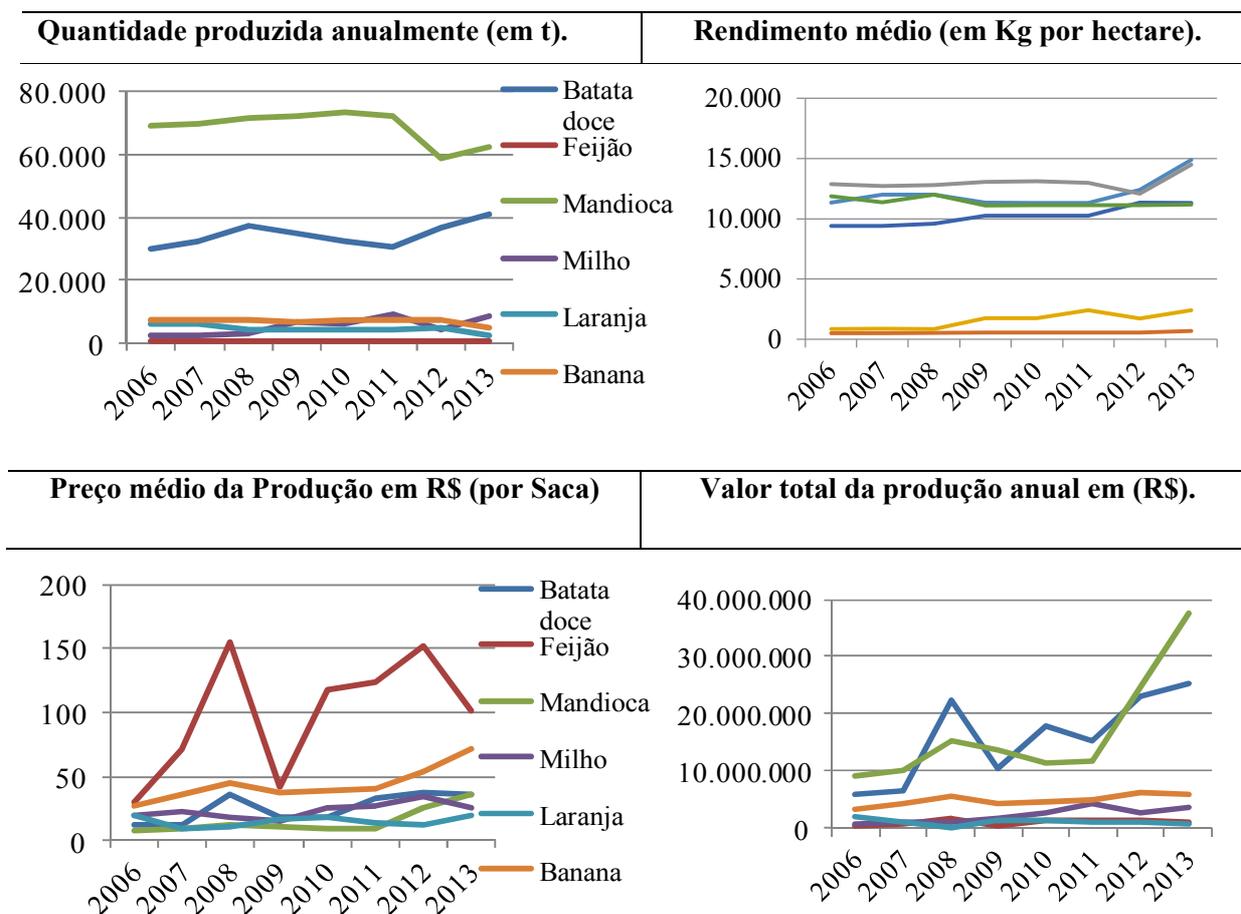
que enfrentar situações de extrema pobreza, e se tornam cada vez mais dependentes das políticas de transferência de renda do Estado. No entanto, o que foi visualizado a partir do trabalho de campo realizado, é que o meio rural do Agreste de Itabaiana não pode ser associado apenas às condições de extrema pobreza, por ter sido verificado determinada diferenciação no que se refere à dinâmica da agricultura familiar no campo analisado, pois, as localidades mais dinâmicas e menos dependentes apenas das atividades agrícolas acabam apresentando melhores condições de vida.

**Gráfico 03:** Percentual de rendimento médio nos domicílios rurais do Agreste de Itabaiana/SE 2000-2010



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2015.  
Organização: João Ernandes (Setembro, 2015).

As famílias rurais acabam encontrando nas atividades não agrícolas, uma importante alternativa diante das incertezas das atividades agrícolas, pois, como é possível observar no gráfico 03, há concentração dos rendimentos em atividades mal remuneradas, mesmo assim, embora apresentem grande importância na sustentação econômica e alimentar das famílias, as unidades familiares monoativas estão mais sujeitas as incertezas das atividades agrícolas, a partir do que é exposto no gráfico 04, tanto os ganhos, como a produção das principais atividades agrícolas ligadas a lavoura desenvolvidas no Agreste de Itabaiana, acabam oscilando e exigindo que esses agricultores busquem outras fontes de rendimento para garantir o sustento da unidade familiar.

**Gráfico 04:** Dados referentes à produção e rendimentos da lavoura no Agreste de Itabaiana 2006-2013

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2015.  
Organização: João Ernandes (Setembro, 2015).

Torna-se possível destacar, a falta de capacidade e/ou recursos para agregar valor ao que é produzido e até mesmo utilizar o que é colhido como matéria prima para a produção de outras mercadorias. Em consequência disso, ressalta-se a importância das políticas públicas, que de forma mais ou menos indireta, acaba sendo citado pelos agricultores, de maneira que, as mesmas poderiam atuar orientando esses agricultores, na perspectiva de como utilizar o que é produzido, e agregar valor técnico na produção, e até mesmo estruturar financeiramente esse grupo de agricultores, buscando diminuir a dependência dos mesmos em relação as políticas de transferência de renda do Estado. Mesmo assim, os agricultores familiares encontram-se parcialmente inseridos aos mercados, partindo do que é destacado em Abramovay (1990), esses agricultores passam por um processo de divisão social do trabalho dentro da unidade familiar, além

de mesmo não apresentando racionalidade para gerir os ganhos, necessitam vender sua safra e comprar novos insumos para preparar-se para a nova safra.

Ainda é possível fazer a relação com o pensamento de Graziano (1997), pois, o autor destaca que os avanços técnicos propiciam aos agricultores familiares introduzirem novas atividades ao longo da semana de trabalho sem abdicar das atividades agrícolas, sendo que, os avanços alcançados com as tecnologias agrícolas acabam exigindo, cada vez menos, tempo direcionado exclusivamente ao plantio e a colheita. Dessa maneira, é evidenciada em Mendes (2014), e Nascimento, J. & Mendes (2015), que a diversificação do trabalho no Agreste de Itabaiana, não significou a diminuição na produtividade dos principais produtos da lavoura da microrregião, pois, verifica-se o aumento da produtividade (em quilograma por hectare), em todos os produtos considerados como principais pelos agricultores familiares e pelo IBGE, exceto a banana e o feijão, os quais se mantiveram constante no período analisado, vale ressaltar ainda, o salto no valor da produção anual (em reais), principalmente, no caso da batata doce e da mandioca, além de os demais produtos se manterem em considerável crescente.

Schneider (2016), destaca a importância da construção de mercados que garantam a reprodução da agricultura familiar, elencando os quatro tipos de mercados em que os agricultores familiares se inserem, sendo eles; (...) “mercados de proximidade, mercados locais e territoriais, mercados convencionais e os mercados públicos e convencionais” (...) (SCHNEIDER, 2016, p. 122-125), sendo possível evidenciar a presença desses quatro tipos de mercados no Agreste de Itabaiana, no entanto, o mercado classificado por Schneider (2016) como local ou territorial acaba sendo o mais presente na vida das famílias rurais do território em questão, sendo dominado pela figura do atravessador, o qual possui interesses e mecanismos para a circulação das mercadorias de origem agrícola, conseqüentemente, acabam dominando os mercados convencionais, os quais possuem atuação nas esferas locais e globais. Os mercados de proximidade também desempenham grande relevância para unidades familiares do Agreste de Itabaiana, caracterizado pela venda direta, através das feiras livres. Os mercados institucionais, apresentaram-se como um desafio para os agricultores entrevistados, devido à dificuldade em atender e dialogar com as demandas, exigências e burocracias desse perfil de mercado em Sergipe.

Portanto, embora as condições de vida nas áreas rurais permaneçam muito abaixo do ideal, verifica-se que essas famílias buscam alternativas para continuar residindo no espaço rural. Dessa maneira, por não possuírem grau de instrução adequado para buscar uma vida digna na cidade, essas famílias rurais tendem a permanecerem, e assim buscarem mecanismos para auxiliar na sua sobrevivência, com isso, vão buscar, na pluriatividade, uma das estratégias para diversificar suas ocupações e rendimentos. No entanto, apesar da importância da pluriatividade na reprodução das unidades familiares do Agreste de Itabaiana, é relevante ressaltar que as atividades remuneradas nos domicílios rurais tendem a se concentrar em setores que atribuem baixas remunerações, assim como destaca Cardoso (2013), no caso do Nordeste, as mesmas acabam sendo uma das consequências dos baixos índices educacionais.

### **Alguns desafios e perspectivas para juventude rural**

Neste ponto serão destacadas algumas transformações que passaram a ocorrer a partir do final do século XX na agricultura brasileira e relacionar com os desafios da juventude rural, sendo necessária uma nova forma de se olhar para o meio rural, a medida em que essas mudanças acabam possibilitando aos agricultores familiares novas alternativas de vida e ao mesmo tempo, priva grande parte do acesso às liberdades substanciais, sendo a pobreza rural um dos principais fatores que determinam essas privações.

Com base em Abramovay (1990, p.188), a agricultura familiar contemporânea é caracterizada pelo dinamismo técnico, a capacidade de inovação e a integração aos mercados, no entanto a partir de Sen (2010, p.42 e 43) entende-se que a integração aos mercados, pode gerar melhorias nos estilos de vida e ao mesmo tempo exclusão e privações das liberdades de acordo com as oportunidades econômicas de cada contexto socioeconômico, sendo assim a partir de Mendes (2014) é possível afirmar que, no caso específico do Nordeste, o Estado é um importante agente que poderá romper com as privações das relações sociais, assim como integrar de forma racional os agricultores familiares à lógica dos mercados, entretanto o tradicionalismo e o patrimonialismo podem ser destacados como os principais desafios, para a efetivação de políticas públicas nessa região do país.

Um dos modos de vida que se consolida no Brasil rural a partir do final do século XX é a pluriatividade, a qual representa uma das formas para promover a sustentação das famílias rurais, com a combinação de duas ou mais atividades, sendo que uma delas seja a agricultura. Dessa forma, a pluriatividade irá ser uma saída para a família residente em áreas rurais para a ampliação da renda, à medida que as atividades agrícolas não possuem, por si só, a capacidade de suprir as necessidades das famílias ao longo de um ano. Cabendo assim, a essas famílias recorrer às atividades não agrícolas, não só como uma alternativa para continuar no meio rural, como também no caso das famílias pobres serviria como uma ponte para a passagem de uma atividade a outro e até uma saída da situação de pobreza.

Mendes (2014, p.185), demonstra que a pluriatividade fortalece a divisão social do trabalho dentro da unidade familiar, levando em conta que, “a atividade agrícola, neste caso, fica sobre a responsabilidade da esposa e dos filhos, sendo que, em alguns momentos ocorre à ajuda do chefe da família que desenvolve atividade não agrícola.” Tanto em Mendes (2014), quanto em Nascimento, C. (2005), verifica-se a importância do Estado, principalmente em áreas pobres como é o caso do Nordeste, aonde se observa que as condições de pobreza na qual se encontram inseridas as famílias com domicílios rurais, associada principalmente aos baixos rendimentos das mesmas, as quais se tornam cada vez mais dependentes das políticas de transferência de renda do Estado, que acabam atendendo as necessidades dessas famílias em um primeiro momento, mas, mantém as condições de miserabilidade dessas famílias com o passar dos anos.

O fato de se ter cada vez mais se tem domicílios rurais no Nordeste, com rendimentos inferiores a três salários mínimos, aponta para a necessidade de se repensar as políticas públicas para o meio rural, assim como, ações capazes de gerar renda para esses agricultores familiares, ao tempo que, o baixo nível de instrução presente nas unidades familiares, tem como consequência a concentração cada vez maior de domicílios envolvidos em atividades mal remuneradas. Esses elementos são citados por Menezes et.all (2014) como determinantes para a permanência dos jovens no rural, conseqüentemente, políticas públicas como a ATER podem ser determinantes para a discussão de novas estratégias de produção para a agricultura familiar e orientação para a articulação com setores e/ou políticas publicas capazes de auxiliar a juventude rural, principalmente em regiões pobres.

Conforme Piketty (2014), o fato de ao longo da história a taxa de rendimento do capital sempre ter se mantido “dez ou vinte vezes superior à taxa de crescimento da produção e da renda (...) isso permite que uma determinada classe de proprietários se dedique a algo além da própria subsistência” (p.345). É nessa perspectiva, que é possível, a partir da própria lógica de reprodução do capital no século XXI, afirmar que a agricultura familiar, mesmo em áreas pobres, pode representar muito mais do que apenas a dedicação a atividades agrícolas, assim como a utilização do meio rural pode ser fornecer mais do que a subsistência desses agricultores familiares, sendo o Estado o principal fator para a expansão das liberdades em domicílios pobres.

Sendo assim, pode-se afirmar que o sistema capitalista não se autodestrói (em curto e médio prazo), sendo necessário buscar estratégias de inserir a famílias pobres, principalmente do Nordeste, no contexto socioeconômico, através de políticas públicas voltadas para a juventude rural e a educação. Assim, com base em Piketty (2014) e Sen (2010), para que ocorra a diminuição das desigualdades é necessária que a sociedade se torne cada vez menos estática, assim como mais justa e mais meritocrática, com isso o Estado é um importante regulador no crescimento do capitalismo, do ponto de vista econômico o sistema capitalista pode continuar para sempre, e assim as políticas públicas de educação, sociais, trabalhistas e fiscais, devem possibilitar a inserção de mais pessoas nas tendências do sistema e, conseqüentemente, atingir mobilidades.

Ressalta-se o caso da juventude rural como uma estratégia para o fortalecimento da agricultura familiar, com o objetivo de pensar no desenvolvimento médio e/ou longo prazo, ao tempo em que os índices tanto do Nordeste quanto de Sergipe, assim como no Agreste de Itabaiana são preocupantes, mesmo com os avanços observados nas últimas décadas. Diante disso, verifica-se a existência de uma parcela da população rural do Agreste de Itabaiana que continua sendo privada de ter acesso a elementos substanciais para a vida dos agricultores familiares, pois a partir das entrevistas com esses agricultores, observou-se que os mesmos tendem a apresentar maior dependência em relação às atividades agrícolas, além do que pode ser caracterizado como um modo de vida tradicional, a maioria desses agricultores dedicam-se a “vender o dia”, trabalhando em propriedades de terceiros.

Destaca-se ainda, algo que é apresentado no estudo feito por Nascimento, C. (2005), pois ressalta que as atividades não agrícolas na região Nordeste tendem a se

concentrarem em setores que atribuem baixa remuneração. Isso foi constatado em diálogos com alguns agricultores que relatam que já tentaram abandonar o trabalho com as atividades agrícolas, e dessa maneira, tentaram trabalhar em áreas urbanas, mas devido o baixo índice de escolaridade do agricultor o emprego que era encontrado acabava sendo ainda mais cansativo e mal remunerado do que o encontrado na agricultura, devido o baixo grau de escolaridade do indivíduo. Alguns entrevistados ressaltam que, acabaram voltando para a zona rural, devido o custo de vida na cidade ser muito mais elevado, e ter apenas encontrado serviço como ajudante de pedreiro ou carroceiro.

Com base nisso, pode-se ressaltar o pensamento de Sen (2010), sendo que segundo ele, “a privação de liberdade econômica pode gerar a privação de liberdade social, assim como a privação de liberdade social ou política pode, da mesma forma, gerar a privação de liberdade econômica.” (SEN, 2010 p. 23). Ou seja, quando o agricultor necessita vender sua mão de obra por qualquer preço, ou migrar de maneira desordenada em busca de melhoras de vida e está sendo privado do processo de desenvolvimento substancial, e acaba se submetendo a condições de vida miseráveis.

Nessa perspectiva surge o papel do Estado, o qual com base em base Piketty (2014), deve possibilitar a igualdade de acesso aos bens fundamentais, sendo que “toda criança deveria poder ter acesso à formação, qualquer que seja a renda de seu país; toda pessoa deveria poder ter acesso a cuidados de saúde, inclusive e principalmente quando o país atravessasse uma fase ruim” (PIKETTY, 2014, p. 465). Sendo assim, a juventude rural torna-se um determinante fator para o desenvolvimento rural em áreas pobres, a qual a partir da mão do Estado poderá representar o fortalecimento da agricultura familiar e a diminuição da pobreza e a miserabilidade.

Diante dessa dificuldade de integração aos mercados citada acima, cabe a ATER pública, incentivar agricultura coletiva destacada em Chayanov (2017), sendo possível afirmar que, esse coletivismo cooperativo poderá fortalecer o setor agrícola tanto no aspecto técnico quanto econômico. Esse coletivismo cooperativo, acabou sendo evidenciado como mais um desafio para os agricultores entrevistados no Agreste de Itabaiana, pois, no caso dos recebedores de ATER a participação em associação, embora seja um caminho, acabou sendo algo apenas ligado a formalidade, sendo que a maioria das associações do território em questão, encontra-se com cadastro desatualizado ou irregulares, sendo esse mais um desafio para a discussão de estratégias coletivas.

Por isso, que vale a pena destacar o pensamento de Souza (2012), pois o desenvolvimento rural, em sua concepção se dá em ambientes organizacionais, envolvendo a atuação das organizações que e os indivíduos que fazem parte dela, sendo possível afirmar que, no caso do Agreste de Itabaiana, a participação poderá ser crucial para a organização de ações de desenvolvimento, principalmente, para o apoio da ATER, a produção orgânica, uma demanda presente no estabelecimentos e associações que produzem através desse mecanismo e que não conta com ações fundamentais para inserção desses produtos nos mercados.

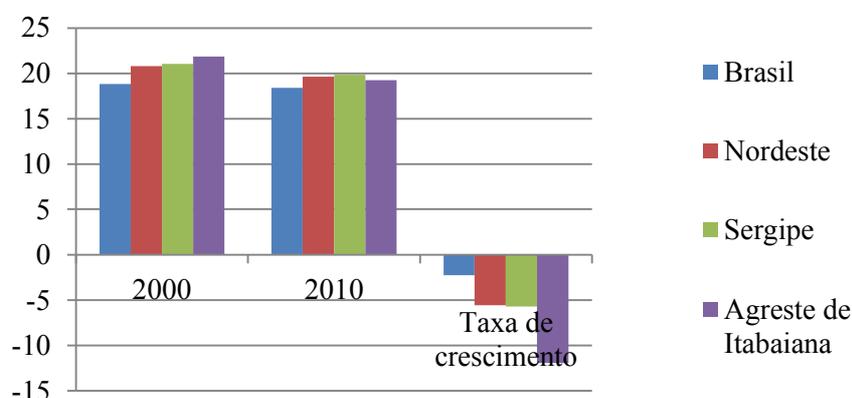
O meio rural atualmente não corresponde apenas à prática de atividades agrícolas, conseqüentemente, a expansão de atividades não agrícolas surge como um dos novos elementos desse “Novo rural”, como destaca Graziano (1997). Com isso, diante do processo de diminuição da população rural brasileira, torna-se importante chamar a atenção para a capacitação e fixação do jovem no campo, fornecendo a ele mecanismo como escolas agrícolas e universidades com cursos destinados para essa nova realidade do campo, fazendo com que, além de capacitado esse agricultor possa ter acesso aos benefícios das políticas públicas para o meio rural destinadas aos agricultores jovens, podendo tornar o meio rural nordestino muito mais atrativo e dinâmico para essa parcela da população, a qual acaba saindo e não voltando por falta de oportunidades, que possibilitem melhores condições de vida.

No entanto, no Nordeste especificamente, as barreiras do presente precisam ser superadas, pois, as tendências apontadas por Nascimento, C. (2005), como a concentração de pessoas envolvidas em atividades mal remuneradas, decorrentes do que é destacado por Cardoso (2013), que é a alta parcela da população com baixo nível de instrução, acaba dificultando não apenas a vida dos agricultores familiares, assim como, a permanência do jovem, que se depara em um ambiente com poucas opções e acaba sendo obrigado a sair do meio rural em busca de oportunidade.

O gráfico 05 representa a evolução das populações rurais jovens nos recortes espaciais destacados neste estudo, demonstrando que, a taxa de diminuição da juventude rural no Nordeste e no estado de Sergipe, correspondeu a -6% mais do que, o dobro da média nacional, que é de aproximadamente -2%, no caso do Agreste de Itabaiana é ainda mais preocupante, podendo ser destacado como um fator determinante para a consolidação deste cenário, a saída do jovem das áreas rurais, apresentando-se com o

dobro índice de diminuição de Sergipe e do Nordeste, correspondendo a -12%, da população residente nas áreas rurais. A partir disso, ressalta-se como um dos elementos determinantes para esse fator, a saída do jovem das áreas rurais, conseqüentemente, associa-se a falta de elementos que fortalecem o desenvolvimento e os objetivos dessa parcela da população, a qual, por ser privada das oportunidades substanciais (política, econômica e social) elencadas por Sen (2010), acaba saindo das áreas rurais em busca de melhores condições de vida.

**Gráfico 05:** Evolução e taxa comparativa da população rural jovem (Idade de 15- 24 anos) no Brasil, Nordeste, Sergipe e Agreste de Itabaiana/SE 2000-2010 (em %)



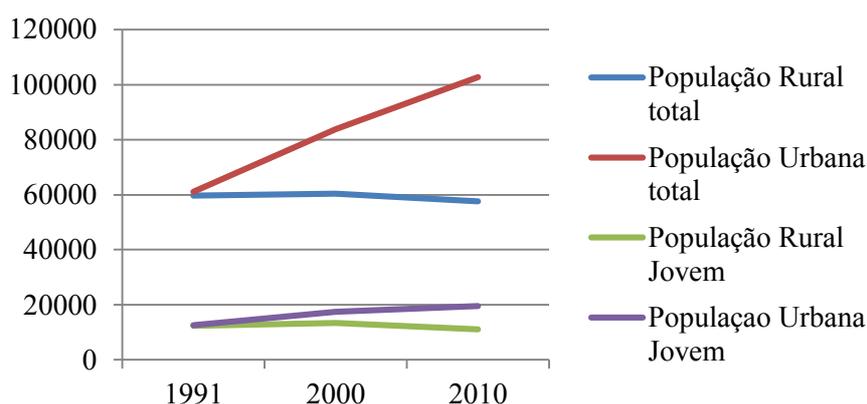
Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2015.  
Elaborado pelo autor, (Setembro, 2015).

Segundo Menezes et.all (2014), a população jovem no Brasil correspondia a cerca de 53 milhões, e, de cada seis jovens, apenas um permanece no campo, ou seja, somente 16% com idade entre 15 e 29. Ainda, segundo os dados, 2,3 milhões de pessoas vivem em extrema pobreza, sendo que 25%, são jovens rurais. O que mais dificulta a permanência de jovens no campo é a falta de profissionalização, renda e lazer. Além disso, os projetos que conduzam o acesso às políticas públicas voltadas a esses jovens são muito escassos. É sabido que, em unidades familiares com condições econômicas mais favoráveis, mais próximas aos centros urbanos e com melhor infraestrutura, a migração de jovens é menor, como pode ser observado em Garcia (2014), no entanto, é preciso reconhecer as especificidades, ao tempo em que pode ser que o agricultor (ou jovem agricultor) resida no rural e tenha como principal e/ou única fonte de renda as

atividades urbanas, assim como poderá existir um mesmo grupo que resida na cidade e desempenhe suas atividades laborais no rural.

O gráfico 06 aponta para a evolução das populações rural e urbana e da população jovem nos municípios da microrregião do Agreste de Itabaiana. Dessa maneira, surgindo assim, a importância do Estado em formular políticas públicas voltadas para a fixação desse jovem no meio rural, com o investimento em áreas estratégicas para o desenvolvimento do setor, como a criação de colégios agrícolas e cursos de capacitação para a população rural, fazendo com que essa população possa se inserir cada vez mais no ciclo dos mercados e gerenciar as atividades agrícolas de forma profissionalizada.

**Gráfico 06:** Evolução da população rural e urbana (total) e jovem (idade entre 15 e 24 anos) no Agreste de Itabaiana/SE 1991-2010

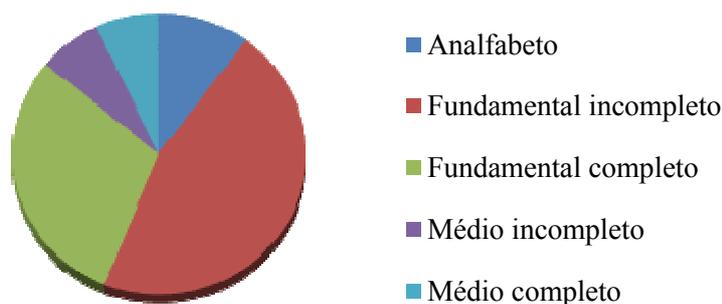


Fonte: IBGE, Censos Demográficos, 1991-2010.  
Organizado pelo autor (Agosto, 2015).

Como exemplo de políticas públicas voltadas para os jovens agricultores em Sergipe, apenas o governo federal disponibiliza uma linha de crédito específica, Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) Jovem, e que, ainda, é pouco acessada por motivos de requisitos profissionalizantes e até mesmo acesso a essa informação. Para Menezes et. all (2014), os jovens agricultores, para acessar a linha de crédito perante os agentes financeiros, devem ter concluído ou está cursando o último ano em centros familiares rurais de formação por alternância ou em escolas técnicas agrícolas de nível médio, ter participado de curso ou estágio de formação profissional e ter recebido orientação de uma instituição prestadora de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER).

O gráfico 07 representa os baixos índices de escolaridades que podem ser associados as atividades de baixa remuneração das áreas em questão, o que acaba refletindo nos tipos de atividades não agrícolas realizadas por estes agricultores, e conseqüentemente, concentrando estas atividades em setores como ajudante de pedreiro, carroceiro e faxineira. Com isso, é possível destacar a importância da combinação de atividades agrícolas e não agrícolas nestas unidades familiares, mas é importante ressaltar que as atividades não agrícolas tendem a se concentrar, cada vez mais, em setores que atribuem baixa remuneração a estes agricultores.

**Gráfico 07:** Dados percentuais de escolaridade da população rural jovem com idade de 15-24 anos no Agreste de Itabaiana



Fonte: Trabalho de campo, Junho, 2016.  
Elaborado pelo autor, (Agosto, 2016).

Um dos principais agravantes para a irracionalidade econômica (dificuldade em apresentar os ganhos e/ou perdas das atividades agrícolas desenvolvidas pelas unidades familiares) da agricultura familiar do Agreste de Itabaiana, são os baixos índices de escolaridades, pois, de acordo com os dados colhidos nas pesquisas de campo, foi verificado que em torno de 55% da população com idade superior a 15 anos possui apenas o ensino fundamental incompleto, além de 17% dos entrevistados não possuírem nenhuma instrução. Verifica-se também que a média de moradores por domicílio no Agreste de Itabaiana com base nos dados de campo e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), fica entre 3 e 5 moradores por unidade familiar.

Vale ressaltar alguns elementos que compõem a agricultura familiar contemporânea, sendo que um deles é a semelhança, e ao mesmo tempo, a diferença

com, a micro ou grande empresa, de maneira que, segundo Abramovay (1990, p.189), “é sobre a base da unidade familiar que se processa a própria concentração do processo produtivo”. Com isso, diferentemente das unidades empresariais, a agricultura familiar tem como principal objetivo garantir a sustentação familiar através da diversificação do trabalho ou das atividades produtivas, principalmente, em áreas pobres, e não a reprodução do trabalho assalariado, mas, cada vez mais é exigido do agricultor apresentar racionalidade econômica para tomar decisões dentro da unidade de produção familiar.

Dessa maneira, fica evidente dois dos principais desafios para o fortalecimento da agricultura familiar no Agreste Itabaiana, os quais encontram-se interligados entre si, sendo que, os baixos índices de escolaridades presentes nas unidades familiares acabam interferindo diretamente no tipo de atividade não agrícola desenvolvida, confirmando, que mais de 95% dos domicílios rurais apresentam rendimentos inferiores a 5 salários mínimos, quando esses rendimentos são divididos entre 5 moradores por domicílio, pode se verificar, a dificuldade desses agricultores sobreviverem, se dedicassem-se apenas as atividades não agrícolas, ligadas a outros setores fora da agricultura.

No entanto, é relevante destacar, com base em Mendes (2014), que ao longo da história da humanidade os agricultores sempre buscaram melhores condições de trabalho, através do aprimoramento das técnicas, assim como, maior independência em relação às condições da natureza. Com isso, entende-se que os avanços obtidos ao longo dos tempos, propiciaram a esses agricultores inserirem novas atividades tanto agrícolas quanto não agrícolas, sem abandonar a produção de alimentos.

Nesses termos, Abramovay (1990, p.188) aponta que, devido à capacidade de integração, e a importância produtiva, “é praticamente infundada a associação da agricultura familiar à pequena produção”; ou seja, essa associação acaba desconsiderando a importância da agricultura familiar e a sua capacidade integração aos mercados, considerado os dados que estão sendo apresentados ao longo do presente trabalho. Observa-se que, a produção da agricultura familiar, corresponde a grande parcela do que é consumido no Brasil, e mesmo com a agricultura familiar dedicando-se, cada vez menos, exclusivamente a produção agrícola e com maior produtividade nos estabelecimentos rurais, e enfrentando o desafio estrutural da concentração fundiária, o que se tem é a existência, cada vez maior, da produção na agricultura familiar em

menores parcelas de terra e de tempo, ou seja, a agricultura familiar, contemporânea, apresenta características bastante distintas de uma “pequena produção”.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do que foi apresentado neste trabalho, verificou-se que os baixos índices de escolaridade dos agricultores familiares, acabam tendo reflexo nos salários recebidos nas atividades remuneradas e na capacidade de organizar os ganhos da unidade familiar, conseqüentemente esses agricultores acabam enfrentando privações substanciais para a reprodução das unidades familiares, ou seja, além de barreiras econômicas como irracionalidade na lógica dos mercados, o analfabetismo e a pobreza rural atuam como fatores determinantes para a marginalização da população pobre no desenvolvimento. Com isso, destaca-se a importância do Estado, na preparação dos jovens agricultores frente aos novos desafios da agricultura familiar contemporânea, sendo essa fração da população, a que irá ser responsável pela modificação socioeconômica de áreas pobres.

Com isso, o presente estudo pode proporcionar a ampliação do debate em torno do fortalecimento da agricultura familiar do Agreste de Itabaiana, principalmente, fornecendo elementos que auxiliem na compreensão dos desafios das unidades familiares em questão. Pois, diante da lógica do sistema vigente, não é impossível pensar no fortalecimento da agricultura familiar de áreas pobres e dos pequenos empreendedores rurais, dentro das possibilidades evidenciadas em Piketty (2014), assim como, não pode-se classificar esses trabalhadores rurais apenas como “precarizados”, pois enxergar os mesmos somente nessa perspectiva, estará sendo desconsiderado o fato dessas unidades familiares, mesmo apresentando índices preocupantes, conseguirem reproduzirem-se.

Conseqüentemente, não é possível aplicar uma forma científica válida para os índices da sociedade contemporânea, de maneira que, muitos dados referentes à renda ficam longe do alcance dos pesquisadores, como evidencia Piketty (2014), assim como foi evidenciado nas pesquisas de campo, que os agricultores acabam omitindo dados em virtude da desconfiança em relação as entrevista ou até mesmo pela própria dificuldade em caracterizar os ganhos e/ou perdas das atividades desenvolvidas pela unidade familiar.

Para que ocorra a eficácia da aplicação das políticas de desenvolvimento rural, é preciso discutir as demandas de cada espaço geográfico, pois, o meio rural brasileiro contemporâneo apresenta-se cada vez mais diversificado e complexo, sendo possível, encontrar local onde o modo de vida dos agricultores ainda é tradicional e rudimentar, mas sem deixar de atentar-se para as novas formas de ocupação e demandas do rural brasileiro. Portanto, tomando o Agreste de Itabaiana como referência é possível observar que, ao mesmo tempo em que ainda existem agricultores que vivem em extrema condição de pobreza, e dependem apenas das atividades agrícolas para prover o sustento das unidades familiares e das políticas de transferência de renda do Estado, ressalta-se que é possível evidenciar a presença de outro tipo de agricultor que busca não depender apenas das atividades agrícolas e que mesmo enfrentando barreiras como o baixo nível de conhecimento, seja ele tecnológico ou científico, pode ser enquadrado em outro perfil que o caracterize, mesmo apresentando algumas tendências tradicionais.

Nesses termos, o meio rural da microrregião estudada não pode ser compreendido apenas como constituído por atividades agrícolas, aonde verifica-se a presença de novos empreendimentos e atividades, sejam eles ligados a atividades não agrícolas e/ou para-agrícola. Sendo assim, surge à necessidade de se discutir políticas públicas voltadas não apenas para os altos índices de pobreza presentes nesse meio, mas, também, atender à necessidade de inserção desses agricultores de certa maneira mais dinâmicos na competitividade e racionalidade econômica que é exigida nos dias atuais. Neste contexto, o referido estudo pode colaborar com as discussões dentro das instâncias relacionadas ao desenvolvimento rural, tendo o objetivo de proporcionar o empoderamento e autonomia econômica e social para os trabalhadores que vivem no campo, buscando combater a pobreza e criando novas oportunidades de emprego.

Conseqüentemente, a elaboração de políticas públicas, as quais consigam atender as demandas para os jovens agricultores, fazendo com que os mesmos, possam continuar residindo no meio rural, ou até mesmo, retornem trazendo novas experiências para a dinamização econômica da unidade familiar, como ocorre em outras regiões do país, sobretudo, na região Sul do Brasil, a qual destaca-se pelo grau de modernização e especialização dos agricultores familiares, e, podendo-se tomar a mesma como referência a busca pelo desenvolvimento em longo prazo, desde que, sejam encontradas medidas para o fortalecimento da juventude rural nordestina.

Dessa maneira, a participação dos agricultores familiares, e principalmente da Juventude Rural, constitui-se como um dos elementos fundamentais para o direcionamento dos recursos destinados ao fortalecimento da agricultura familiar, em que, o meio rural do Agreste de Itabaiana não pode ser caracterizado apenas como atrasado ou insustentável, também foi possível observar grande diversidade na forma de se organizar dos agricultores familiares deste espaço geográfico. É por essa diversidade, que torna-se importantíssimo discutir de forma profissional e racional a aplicabilidade destes investimentos, e, estratégias para assegurar as necessidades e os desejos dos jovens agricultores.

Por isso, destaca-se a importância de fortalecer o Estado-social ao invés de desmantela-lo, sendo a ATER pública, aliada as políticas de crédito e de perfil social (saúde, educação e saneamento básico, energia elétrica e água), capazes de promover o desenvolvimento das áreas rurais, transformando os agricultores marginalizados em figuras capazes de se inserir no processo produtivo e criar estratégias para a melhoria das condições de vida da família e sucessão familiar.

Nesse contexto, surge a importância da juventude rural, pois esta é considerada como a parcela da população que será capaz de liderar o processo de desenvolvimento em médio e longo prazo, daí ressalta-se a relevância de estratégias capazes de tornar o rural um ambiente mais atrativo para o jovem, seja no lazer ou nas atividades laborais, pois o principal fator que obriga o jovem a deixar o rural, está relacionado a falta de opções tanto de mercado de trabalho como de progresso nos anos de ensino.

Portanto, compreende-se que o desenvolvimento rural em Souza (2012), também está associado a capacidade de articulação entre os agricultores e a mobilização civil, para tanto, é preciso que as famílias rurais do Agreste de Itabaiana busquem participar ativamente dos espaços de diálogos com as entidades que representam o Estado, caso contrário, as decisões que visam o desenvolvimento territorial não serão capazes de atender as demandas sociais das áreas rurais, daí percebe-se a importância da evolução na abordagem do rural, ao territorial, compreendendo a multifuncionalidade e multisetorialidade desse espaço e a importância da Juventude Rural conduzindo este processo.

---

**Nota**

<sup>1</sup> Fruto de pesquisas desenvolvidas na microrregião do Agreste de Itabaiana/SE e com financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Contando com a colaboração do Grupo de Pesquisa Sobre Dinâmica Rural e Regional (GDRR/UFS/CNPq).

**REFERÊNCIAS**

ABRAMOVAY, Ricardo. **De camponeses a agricultores: os paradigmas do capitalismo agrário em questão**. Campinas-SP: UNICAMP/IE (1990). (Tese de Doutorado).

ABRAMOVAY, Ricardo. **Juventude e agricultura familiar: desafios dos novos padrões sucessórios**. Brasília: Unesco, 1998.

ABRAMOVAY, Ricardo. **Desenvolver os territórios fortalecendo o empreendedorismo de pequeno porte**. 1º Fórum Internacional território, Desenvolvimento Rural e Democracia. Relatório Final. Fortaleza, novembro 2003. 35 p.  
CARDOSO, Jucyene das Graças. **Agricultura familiar, pluriatividade e políticas públicas na região Nordeste e Sul do Brasil, nos anos 1990 e 2000: trajetórias de desafios**. Uberlândia-MG: UFU/MG, 2013. (Tese de doutorado).

CARVALHO, D. M. de, COSTA, J. E. da. **Cadeia Produtiva das Hortaliças em Itabaiana/Se: O Caso da Produção e da Comercialização nas Áreas Irrigadas**. In: Desenvolvimento territorial, agricultura e sustentabilidade no Nordeste. (Organizadores) Diana Mendonça de Carvalho, Fernanda Viana de Alcântara, José Eloízio da Costa São Cristóvão: Editora UFS, 2010.

CHAYANOV, Alexander. **A teoria das cooperativas camponesas**. Revisão e tradução de Regina Vargas. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2017.

GARCIA, Junior Ruiz. **Trabalho Rural: Tendências em face das transformações em curso**. In: O mundo rural no século 21: A formação de um novo padrão agrário e agrícola/ Antônio Marcio Buainain, Eliseu Alves, José Maria da Silveira, Zander Navarro. Brasília-DF: EMBRAPA, 2014.

GRAZIANO DA SILVA, José, **O novo rural brasileiro**. Nova Economia, v. 7, n. 1. Belo Horizonte- MG, 1997. p. 43-81.

GRAZIANO DA SILVA, José. & DEL GROSSI, M. E. **A evolução da agricultura familiar e do agribusiness nos anos 90**. In: RATTNER, H. (Org.) **O Brasil no limiar do século XXI**. São Paulo: EDUSP. 2000

GRAZIANO DA SILVA, José. **Os desafios das Agriculturas Brasileiras**. In: A Agricultura Brasileira: desempenho, desafios e perspectivas / organizadores: José Garcia Gasques, José Eustáquio Ribeiro Vieira Filho, Zander Navarro. - Brasília: Ipea, 2010. p. 157-184.

LOPES, Eliano Sérgio A. **A pluriatividade na agricultura familiar do Estado de Sergipe**. In: **Territórios Rurais e Agricultura Familiar no Nordeste**. São Cristóvão: Editora UFS, 2009.

MENEZES, Marilda Aparecida de; STROPASOLAS, Valmir Luiz; BARCELOS, Sergio Botton. **Juventude rural e políticas públicas no Brasil**. Brasília: Presidência da República, 2014. 268 p.: il. – (Coleção juventude. Série estudos; n. 1) Co-edição com o NEAD/MDA e IICA.

MENDES, Marcelo Alves. **Os (des) caminhos geográficos e a pluriatividade na agricultura familiar: aspectos teóricos e cotidianidade da agricultura familiar no Nordeste**. 1. ed. São Paulo: Novas Edições Acadêmicas, 2014. v. 200. 261p.

NASCIMENTO, Carlos A. do. **Pluriatividade, pobreza rural e políticas públicas**. Campinas-SP: UNICAMP/IE, 2005. (Tese de Doutorado).

NASCIMENTO, J. E. B; MENDES, Marcelo Alves. Dinâmica da agricultura familiar na Microrregião do Agreste de Itabaiana. **Anais do VII Simpósio Internacional de Geografia Agrária. Goiânia-GO**: Editora da UFG, 2015. v. Único. p. 579-592.

NASCIMENTO, J. E. B; MENDES, Marcelo Alves. A diversificação do trabalho como estratégia para o fortalecimento da agricultura familiar no agreste de Itabaiana. **Anais do 54º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural: Desenvolvimento, território e biodiversidade**. Maceió-AL, Editora da UFAL, 2016. V. Único. p. 1-20. <http://sober.org.br/54sober/>.

NASCIMENTO, João Ernandes Barreto; COSTA, José Eloízio da; ALCANTARA, Fernanda Viana de. **As desigualdades sociais na produção do espaço e os desafios do rural contemporâneo**. Geopauta, [S.l.], v. 1, n. 3, p. 99-121, dez. 2017. ISSN 2594-5033. Disponível em: <<http://periodicos2.uesb.br/index.php/geo/article/view/2068>>. Acesso em: 11 mar. 2018. doi: <https://doi.org/10.22481/rg.v1i3.2068>.

PIKETTY, Thomas. **O capital no século XXI**; Tradução Monica Baumgarten de Bolle. – I ed. – Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

SCHNEIDER, Sérgio. **As atividades rurais não agrícolas e as transformações do espaço rural: perspectivas recentes**. Publicado em Cuadernos de Desarrollo Rural. v. 1 n 44, Bogotá – Colômbia, 2000, p. 11-40.

SCHNEIDER, Sérgio. **Agricultura familiar e desenvolvimento rural endógeno**. Texto apresentado no Seminário de Desenvolvimento Rural - Tendências e debates contemporâneos. Realizado em 26 e 27 de maio de 2003, pela UFSM, em Santa Maria-RS/ Publicado em 2006.

SCHNEIDER, Sérgio. **A importância da pluriatividade para as políticas públicas no Brasil**. Revista Política Agrícola, Ano XVI, nº 3, Jul./Set./ 2007.

SCHNEIDER, Sergio. **Mercados e Agricultura Familiar**. In: Construção de mercados e agricultura familiar: desafios para o desenvolvimento rural / Organizadores Flávia Charão Marques, Marcelo Antônio Conterato e Sergio Schneider. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016.

SOUZA, Renato Santos de. **A condição organizacional: o sentido das organizações no desenvolvimento rural**. Santa Maria/RS: Ed. da UFSM, 2012. 280p.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. Tradução Laura Teixeira Motta - São Paulo: Companhia de letras, 2010. 461 p. 4ª reimpressão.

STROPASOLAS, Valmir Luiz. **O mundo rural no horizonte dos jovens**. Florianópolis: UFSC, 2006.

**Dados coletados em:**

[http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil\\_m](http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m), acessado em 17/11/2016.

<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/agric/default.asp>

<http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2015/07/agricultura-familiar-produz-70-dos-alimentos-consumidos-por-brasileiro>: Acessado em setembro de 2015.

Recebido em 15/04/2017 Aceito para publicação em 19/01/2018.
---